

O conceito de herança para os camponeses, em oposição ao estabelecido pelo Código, é apenas uma etapa numa totalidade de regras que envolvem a partilha da terra e está voltada para dois objetivos: conceder terras ainda que as poupando. Desta forma, o ponto de partida da herança local não é a morte, mas a emancipação de um filho quando este recebe do pai uma parte da terra da qual deve tirar seu sustento. O mesmo ocorre quando um filho homem vai se casar. As regras locais também prevalecem no caso de morte de um dos pais. Neste caso, a partilha, a herança é interrompida no plano da divisão teórica e o patrimônio continua preservado através de arranjos orais. Assim, com a morte do pai, a regra atua como se só existissem os filhos, a mãe fica somente com a moradia, concedendo a terra aos filhos. A partilha geodésica só se efetua com a morte dos pais, porém neste caso o código local estimula de fato a reunificação da terra através do padrão de venda fraterno-sororal.

A emigração também é colocada pela Autora como um aspecto importante, na medida em que os que partem aumentam a proporção de terra dos que ficam.

A importância deste trabalho está no questionamento de estudos que caracterizam a América Latina como região de heranças bilaterais, ou de herança de partilha predominante. Margarida Maria de Moura chama a atenção para a especificidade da herança e salienta a necessidade de considerar-se as relações entre as regras de dentro e as impostas de fora que são acatadas ou não na região. O entrelaçamento de dois códigos é a evidência de que as heranças camponesas podem forçar uma lógica própria, ao mesmo tempo que os códigos nacionais tentam impor suas próprias regras.

De uma maneira geral, a Autora apresenta um raciocínio lógico e coerente. Porém, sua proposta, que é a de analisar o problema da reprodução da sociedade camponesa face a penetração do capitalismo, não é atingida plenamente, na medida em que ela se fixa na análise do parentesco e não considera outros elementos tais como a especificidade do bairro de São João da Cristina dentro de seu município e as particularidades da penetração capitalista no local. A própria análise da emigração poderia ser mais aprofundada, enquanto o protestantismo, que é apenas citado no apêndice do trabalho como o responsável pela ausência de conflitos na região, poderia ser melhor examinado. Por fim, e dentro desta linha de crítica, a Autora não analisa um ponto importante que é a existência de 23% dos pequenos proprietários da região que não seguem este tipo de regra na partilha de terras. Esta porcentagem é significativa e pode sugerir a existência de outra lógica, que pede pelo menos explicação. — FLÁVIA R. BORGES PEREIRA.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, HUCITEC, 1979 (Estudos Históricos).

Publicação das mais esperadas nos meios historiográficos brasileiros, desde que, em 1973, o Prof. Fernando Novais defendeu na Universidade de São Paulo sua tese de doutoramento, chega ela, finalmente a seu público, compensando, de longe, a prolongada expectativa: a política colonial portuguesa para o Brasil na última etapa do Antigo Regime encontra seu mais profundo equacionador, analista e intérprete.

O abalo que o mercantilismo, assim como as antigas formas de organização política e social, sofre com os movimentos liberais iniciados com a Independência Americana, altera, na segunda metade do séc. XVIII, todo o quadro do mundo colonial português no qual as relações econômicas com o Brasil tem considerável expressão. Fernando Novais se propõe — e magnificamente o logra — a demonstrar que, naquele momento de crise do Antigo Sistema Colonial, minado pelo florescimento da Revolução Industrial, Portugal tenta, dentro de uma configuração iluminista, implantar alterações em sua política para com o Brasil. Estas alterações, no entanto, inoculadas de contradições, hesitações e “dilemas sem alternativa”, fracassam em seus propósi-

tos, sendo a transferência da Corte a situação-limite que acaba por mostrar, cabalmente, a "inversão do pacto".

Trabalhando sobre um período para o qual a bibliografia é tendenciosa quando vê o reinado de D. Maria como obscurantista e retrógado, a anular as conquistas econômicas, sociais e políticas de Pombal, suas fontes foram, além da historiografia, a legislação, as balanças de comércio, as memórias econômicas de José Joaquim de Azeredo Coutinho, de D. Rodrigo de Souza Coutinho, José Acúrsio das Neves, Duarte Ribeiro de Macedo e Domingos Vandelli entre inúmeras outras.

A crise do sistema colonial definida como "o conjunto das tendências políticas e econômicas que forcejaram no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles européias" (p. 13) encontra seu início, no caso português, no fim do consulado pombalino. Isto, coincidentemente com outros elementos que também caracterizaram aquele período de transição, tais como a publicação de *A Riqueza das Nações* de Adam Smith (1776) ou a decretação do comércio livre colonial em Espanha (1778), entre outros.

Para fazer entender todos os mecanismos estruturais do sistema foi preciso partir da posição de Portugal no momento de sua espetacular inserção na Época Moderna, através da expansão marítima. Depois disso, a ascensão, no século XVII, das novas potências Inglaterra e França a ofuscar Espanha e Portugal. Passam estas a depender, desde então e até o século XVIII, respectivamente, da política de alianças para a manutenção de seus impérios.

O Tratado de Methuen de 1703 nada mais é do que a reafirmação da aliança política e o aprofundamento das vinculações comerciais, aliança aquela que nem Pombal quis desfazer de todo, mesmo propugnando por um subtrair-se da estrita dominação econômica inglesa.

Ora, toda esta política internacional européia viria a ser elemento essencial no quadro das relações comerciais entre Portugal e suas colônias. O controle dos mercados coloniais estava nas mãos hegemônicas dos ingleses. O sistema colonial mercantilista pode manter-se, não obstante "a defasagem entre a posição política e econômica das metrópoles ibéricas no quadro do equilíbrio europeu e a extensão e importância comercial de seus domínios ultramarinos", por causa das rivalidades entre as potências ascendentes. No momento em que a Revolução Americana deflagra a crise do próprio sistema evidencia-se a artificialidade daquela situação.

Qual, afinal, a trama do sistema colonial Portugal-Brasil, do "monopólio colonial", do "exclusivos metropolitanos"? As bases estão no mercantilismo ("... as colônias ultramarinas, havendo sido estabelecidas com o preciso objeto da utilidade da Metrópole a que eram pertencentes, daí se derivaram leis infalíveis e universalmente observadas na prática de todas as Nações..."), definiria o próprio Pombal). É o pacto colonial que preside todo o sistema de exploração. São as colônias à serviço da economia e da sociedade européias. Para acionar suas atividades comerciais é que as colônias foram ocupadas, povoadas e valorizadas. Se, de início, no caso brasileiro, as preocupações foram principalmente políticas (povoar para assegurar), logo aponta a colonização para o rumo da exploração açucareira, ajustando-se ao sistema colonial do capitalismo mercantil.

Para seu perfeito funcionamento o sistema não prescinde do escravismo, da ocupação territorial e da produção em larga escala de mercadorias-chave e originará, conseqüentemente, a necessária concentração de renda. Se esta renda promove a acumulação primitiva de capitais nas economias européias, privilegia também os colonos-senhores. Esta camada senhorial está à frente da vida colonial. Entretanto, para que as relações mercantis se generalizem, é indispensável a existência de um mercado interno. Ora, em vista da grande população escrava, tal não poderia funcionar satisfatoriamente. Isto promove um certo comprometimento do sistema. E na segunda metade do século XVIII ele realmente, entra em xeque: os ingleses (dominadores do comércio internacional) à procura de mercados no Ultramar, via-metrópoles, esbarram nas políticas de fomento econômico que Lisboa e Madrid, no melhor estilo do reformismo ilustrado, promovem em suas colônias americanas.

A filosofia crítica da Ilustração embasava teoricamente as mudanças da segunda metade do século XVIII. Mas, em Portugal, sendo aquelas idéias veiculadas de "cima para baixo", era natural que se apresentasse, na era pombalina, de forma moderada e que trouxesse em seu bojo, como era previsível, um reforço do poder do Estado.

Tentava-se ultrapassar o atraso econômico que tinha a nação lusa (como a castelhana) em relação aos países europeus mais desenvolvidos. Duas importantes medidas exemplificam os novos tempos. Uma delas, a defesa e segurança do patrimônio territorial através da definição e fortalecimento de fronteiras e a consolidação dos efetivos militares. Era preciso assegurar a colônia não só contra as invasões estrangeiras, mas também contra as pretensões de seus mesmos naturais. "Conservar os povos em sossego" era a mais constante preocupação dos capitães gerais. Uma outra medida sintomática foi o ferrenho combate ao comércio feito por barcos estrangeiros mormente ingleses, nos portos coloniais, mantendo-os em mãos metropolitanas. Era preciso recuperar os mercados ultramarinos. Aliás, o mais importante Alvará de combate ao contrabando (de 5 de janeiro de 1785) situa-se na mesma data do que proíbe as manufaturas no Brasil, indicando conexão bem clara entre ambas as questões. Procedia-se a reformas em todo o sistema colonia-metrópole sem entretanto, comprometê-lo em suas bases.

Assim, a política comercial (fim das companhias, dos estancos e estímulo ao comércio inter-colonial), o incentivo à produção (quantidade, qualidade, diversificação e isenções tarifárias) e a questão das manufaturas têxteis (proibição que sendo contradição à aberturas, veste-se de proteção à indústria metropolitana e de adoção dos princípios fisiocráticos) são minuciosamente analisados pelo Autor. E a direção pelas quais derivaram aquelas diretrizes estão carregadas de hesitações e contradições inerentes a uma nação que se via acuada pela defasagem entre a teoria e a prática do mercantilismo ilustrado. "Para preservar o sistema, a perspectiva reformista avançou corajosamente até as suas fronteiras" (p. 302); se, ao final e ao cabo fracassou, já que seu último limite foi transformar a colônia em sede do governo, fazendo crescer a brecha por onde entraria o liberalismo na metrópole, demonstrou-se naquele fracasso que as relações Portugal-Brasil não passaram de um segmento da crise geral do sistema de colonização mercantilista, crise da qual os nutrientes maiores eram, sem dúvida, o florescimento e o capitalismo industrial e o ideário da Ilustração. Com esta obra definitiva, daqui por diante obrigatória aos que pretendam compreender a problemática da descolonização portuguesa no Brasil, Fernando Novais encerra esplendidamente a historiografia brasileira da década de 70. — HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO.